

Povos Indígenas no Brasil

Fonte O Literal Class.: Direitos Humanos
 Data 29/06/89 Pg.: DINR 0158

OIT critica o Brasil e pede respeito aos índios

Genebra (AFP) — A 76ª assembleia geral da OIT — Organização Internacional do Trabalho — terminou ontem em Genebra com uma declaração que manifesta “preocupação” com a situação das comunidades indígenas do Brasil. O documento acusa o governo brasileiro — e também os da Argentina e da Bolívia — de decidir transferir tribos sem consulta prévia a esses povos e de querer eliminar da Convenção Internacional do Trabalho qualquer referência à necessidade de concordância das comunidades indígenas em caso de mudança de território.

A declaração final da assembleia geral da OIT, que durou duas semanas e contou com a presença de ministros de quase 100 países, expressa também preocupação com a situação da Colômbia, São Domingos, Equador, Romênia, Turquia e República Centro Africana, que não cumprem convenções de proteção social. O documento lamenta também que Paraguai, Jamaica, Uganda, São Tomé e Príncipe não apresentaram relatórios nos últimos cinco anos a respeito das convenções da OIT.

A assembleia geral não aceitou o pedido da Conferência Internacional de Sindicatos Livres (CISL) para debater a situação da China. A entidade desejava que o diretor geral da OIT, Michel Hansenne, interviesse junto às autoridades chinesas para obter a comutação das penas de morte de dirigentes sindicais e estudantis.

Os debates trataram fundamentalmente da revisão dos pagamentos do trabalho noturno e a melhoria da segurança do pessoal exposto a substâncias químicas. Essas discussões levaram à adoção de uma nova convenção que aumenta a proteção para as 300 milhões pessoas.

Diante do aumento do volume de matérias químicas perigosas empregado na indústria, a OIT decidiu reforçar as nor-

mas de segurança e de controle para limitar os riscos de acidentes. As embalagens desses produtos terão que ser mais claras, com minuciosa descrição da natureza dos riscos a eles vinculados, indicação das normas de segurança e conselhos sobre os primeiros socorros em caso de acidente. Esse projeto, que deve ser adotado no ano que vem, na assembleia anual da OIT, prevê ainda que as etiquetas sejam “facilmente compreensíveis pelos trabalhadores”.

A futura convenção estabelece também que as pessoas expostas a esse tipo de substância ou que as manipulem recebam tratamento médico. Em caso de efeitos clínicos, a pessoa afetada deverá receber um “tratamento médico adequado” e indenização. As pessoas expostas poderão pedir e participar de investigações sobre os riscos potenciais implicados na utilização de substâncias químicas nas empresas em que trabalham.

As mulheres grávidas, por sua vez, serão deslocadas para outras sessões, no caso da substância ser prejudicial a ela ou ao feto.

A assembleia constatou que em muitos lugares, comunidades tribais não gozam dos direitos fundamentais no mesmo grau do restante da população. O documento aconselha:

— Com a participação dos povos interessados, os governos devem desenvolver uma ação coordenada e sistemática para proteger os seus direitos e garantir o respeito à sua integridade. Os governos devem também proteger e preservar o meio ambiente dos territórios que habitam.

A OIT assinala ainda que os povos indígenas devem ter o direito de conservar os seus costumes e instituições a partir do momento que esses costumes e instituições não sejam incompatíveis com os direitos humanos reconhecidos a nível internacional.